



# SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 01/2024 – SEPE/SEPLAGTD

## PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE CADERNO DE QUESTÕES

**Analista de Concessões Públicas: Especialidade jurídica**

### INSTRUÇÕES GERAIS

1. O Candidato(a) deve escolher um ambiente tranquilo, livre de ruídos e bem iluminado, que lhe permita concentrar-se na prova sem interrupções ou distrações. Certifique-se de ter uma boa conexão de internet para garantir uma experiência sem contratemplos durante a realização da prova.
2. É vedada a presença de outras pessoas no mesmo local onde você estiver realizando a prova. A violação dessa regra pode resultar na eliminação da pessoa candidata.
3. É vedada a realização da prova em local com televisão, rádio, celulares e outros equipamentos eletrônicos ligados, que não seja o computador/ notebook de realização da prova. A violação dessa regra pode resultar na eliminação do candidato(a).
4. Para a realização das provas a pessoa candidata deverá garantir que sua internet esteja estável. É sugerida a velocidade mínima de internet de 5mbps.
5. Não é permitido realizar a prova por meios eletrônicos como tablet's e celulares.
6. A prova deverá ser realizada apenas por notebook ou computador;
7. O notebook ou computador deverá ter, obrigatoriamente, câmera e microfone ativo ao computador, habilitados e em perfeito funcionamento.
8. Mantenha o microfone e a câmera abertos em tempo integral, até a conclusão de sua prova, sob pena de eliminação do certame.
9. Garanta que seu computador esteja conectado a uma fonte de energia, a fim de que não tenha a prova interrompida por algum problema de bateria baixa ou falta de energia elétrica;
10. Não nos responsabilizamos por eventual instabilidade de acesso devido a alguma falha de conexão da pessoa candidata com a internet ou energia, que pode inclusive levar à anulação de sua prova.
11. Não será permitido sair do recinto da prova após o início da mesma.

12. Caso entenda necessário, o candidato poderá providenciar alimentos a serem consumidos, onde esses devem estar estejam desembalados e (ou) acondicionados em saco de plástico transparente e(ou) porta objetos de plástico transparente.
13. O candidato deverá realizar as provas em computador/desktop por meio do ambiente virtual de avaliação e enviá-las para avaliação, mediante orientações e comandos no próprio sistema de provas disponibilizado.
14. É de responsabilidade exclusiva do candidato a garantia da conectividade com a internet e energia durante todo o período de realização da prova.
15. Durante a realização das provas online, o candidato deverá estar, obrigatoriamente, sozinho no ambiente de prova e não poderá acessar outras páginas da internet, nem utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação adicional (tais como aparelhos de telefonia celular, tablet etc.).
16. Não será permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e(ou) similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos, rascunhos ou qualquer outro material de consulta, a não ser quando disponibilizado pelo sistema.
17. Não será permitida, durante a realização das provas, o uso de:
  - Aparelho auditivo;
  - boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato ou dificulte o reconhecimento facial, sendo obrigatório o uso de roupas durante a realização da prova, sob pena de desclassificação;
  - Fones de ouvido e headphones.
18. A prova será finalizada após a submissão dos itens na plataforma on-line, no botão "encerrar e entregar a avaliação". Caso o candidato(a) não submeta sua prova, não terá seus pontos avaliados.

Realização

**ANALISTA DE CONCESSÕES PÚBLICAS - ESPECIALIDADE JURÍDICA**

- 1)** A Lei Orgânica do Município do Recife permite que o custeio do serviço de iluminação pública seja feito através da instituição de:
- (A) Contribuição, sendo facultada a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
  - (B) Taxa, sendo obrigatória a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
  - (C) Tarifa ou preço público, sendo obrigatória a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
  - (D) Taxa ou tarifa, sendo facultada a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- 
- 2)** Considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 acerca da modalidade concorrência, assinale a alternativa correta:
- (A) Na concorrência é vedado, como critério de julgamento, o de maior desconto.
  - (B) A concorrência pode ser utilizada no sistema de registro de preços.
  - (C) É obrigatória a concorrência para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos pela Administração.
  - (D) Na concorrência é vedado, como critério de julgamento, o de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- 
- 3)** Acerca da concessão patrocinada e da concessão administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão administrativa é uma espécie de concessão de serviços públicos, ou de obras públicas, que envolve adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
  - (B) É vedada a celebração de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa ou concessão patrocinada, que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
  - (C) Conceitua-se concessão patrocinada como o contrato de prestação de serviços em que a Administração Pública patrocina, na condição de usuária indireta, a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens.
  - (D) A concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, deve tornar-se concessão administrativa se o período de prestação do serviço for superior a 5 (cinco) anos.
- 
- 4)** Caso o Tribunal de Contas esteja avaliando como determinado Estado da Federação incentiva empresas, na forma de benefícios fiscais, a instalarem ou expandirem seus negócios em regiões específicas, pode-se concluir corretamente que:
- (A) O Tribunal de Contas está exercendo o papel de fiscal do controle interno da Administração Pública, quanto à economicidade e à eficiência.
  - (B) O Tribunal de Contas está no exercício do controle externo da Administração Pública, com auxílio do Poder Legislativo, para responsabilizar aqueles que estejam aplicando indevidamente os recursos públicos.
  - (C) O Tribunal de Contas está exercendo o controle operacional, jurídico e patrimonial da Administração Pública.
  - (D) O Tribunal de Contas está fiscalizando a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas pelo Estado.
- 
- 5)** A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021) prevê diversas situações em que o procedimento licitatório é obrigatório e outras hipóteses em que a Administração Pública pode efetuar a contratação direta, ou seja, sem a obrigatoriedade da licitação. Nesse cenário, assinale abaixo a única situação em que a licitação é considerada dispensável:

**Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital - Edital N° 01/2024 - SEPE/SEPLAGTD**

- (A)** Contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.
- (B)** Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C)** Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que seja considerado serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (D)** Contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- 

**6)** Acerca da dispensa de licitação, analise os itens a seguir:

- I. É dispensável para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
- II. É dispensável para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
- III. É dispensável para a aquisição, por pessoa física de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- Mediante a análise dos itens acima, assinale a alternativa correta.

- (A)** Somente os itens I e II estão corretos.
- (B)** Somente os itens I e III estão corretos.
- (C)** Somente os itens II e III estão corretos.
- (D)** Todos os itens estão corretos.
- 

**7)** Josué recebeu R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na venda de bem imóvel e pretende investir a referida quantia na instituição financeira onde possui conta corrente. Ao entrar em contato com o gerente do Banco, foram feitas três opções de aquisição de investimento para melhor rentabilizar o dinheiro:

Investimento 1: título público com juros nominais de 9% ao ano, compostos de forma semi-anual.

Investimento 2: título público com juros nominais de 9.25% ao ano, compostos anualmente.

Investimento 3: título público com juros reais de 2% ao ano.

Com base na situação narrada, é correto afirmar que:

- (A)** O Investimento 1 é melhor do que o Investimento 2, que por sua vez é melhor do que o Investimento 3.
- (B)** O Investimento 2 é melhor do que o Investimento 1, que por sua vez é melhor do que o Investimento 3.
- (C)** O Investimento 1 parece mais atrativo do que os demais, caso Josué acredite que a inflação anual será maior que o esperado no mercado.
- (D)** É impossível comparar a atratividade do Investimento 2 e do Investimento 3 apenas com as informações apresentadas.
- 

**8)** Uma academia adquiriu um maquinário que custou R\$ 150 mil. Segundo os cálculos do gestor, esse equipamento deve gerar cerca de R\$ 5 mil mensais em receita com os novos alunos, já descontando os valores de manutenção e depreciação. De acordo com as informações, assinale a alternativa correta que apresenta em quanto tempo a academia irá recuperar o investimento inicial e começar a lucrar com o maquinário adquirido.

- (A)** 36 meses.
- (B)** 30 meses.

**Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital - Edital N° 01/2024 - SEPE/SEPLAGTD**

**(C)** 24 meses.

**(D)** 18 meses.

---

**9)** Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assinale a alternativa correta que apresenta as pessoas físicas ou jurídicas que não podem ser beneficiárias de financiamento do BNDES:

**(A)** As que estejam adimplentes com o Sistema BNDES ou integrem o Grupo Econômico do Sistema BNDES.

**(B)** As que sejam responsáveis por título protestado, salvo se houver, a critério do BNDES, justificado o protesto ocorrido.

**(C)** As que constem em processo judicial que, a critério do BNDES, não comprometa a capacidade de cumprimento de suas obrigações perante o próprio BNDES.

**(D)** As que tenham apontamentos cadastrais indicando adimplementos.

---

**10)** No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, dentro do grupo das Unidades de Uso Sustentável está a chamada Reserva Extrativista. Caso o Poder Público solicite parecer técnico acerca da possibilidade de concessão administrativa dessa área, para fins de caça amadorística ou profissional, pode-se afirmar que:

**(A)** O parecer técnico deverá opinar pela possibilidade de concessão administrativa, desde que de forma sustentável.

**(B)** O parecer técnico deverá opinar pela possibilidade da concessão administrativa apenas no tocante à caça profissional.

**(C)** O parecer técnico deverá opinar pela possibilidade da concessão administrativa apenas no tocante à caça amadorística.

**(D)** O parecer técnico deverá opinar pela impossibilidade de concessão administrativa, pois é proibida legalmente a caça amadorística ou profissional na Reserva Extrativista.